

O Brasil é um dos pilares da democracia na América Latina". A frase, lida fora de contexto, pode soar com um veredicto efêmero, prestes a virar fumaça na primeira crise institucional. Entretanto, seu autor, o professor e cientista político Bruno Speck, está escorado em dois preceitos levados em conta por qualquer pesquisador que se pretenda rigoroso. O primeiro, estatístico, relaciona-se aos dados que

emergiram do primeiro turno das últimas eleições municipais, sobre os quais se debruçou. O segundo é de natureza operacional, já que Speck é um veterano analista de pleitos e dos estragos causados pela corrupção – no dia último dia 15, por exemplo, rumou para Moçambique onde assumiu, a convite da Fundação Carter, a condição de observador das eleições locais. Cabe ainda registrar que Speck integra a organização

Transparência Brasil, além de ter organizado o livro Caminhos da Transparência – Análise dos Componentes de um Sistema Nacional de Integridade (Editora da Unicamp, 2002). Sua tese de doutorado, "Correntes do pensamento político-social no Brasil no século 20", foi defendida na Universidade de Freiburg, Alemanha, país de origem do pesquisador, o que afasta qualquer possibilidade de sua análise estar contaminada por laivos de ufanismo.

Jornal da Unicamp – O que se sobressai nesse levantamento de dados feito pelo senhor?

Bruno Speck – Achei coisas interessantes. Quando a gente olha para o voto na legenda, por exemplo, vê que os grandes partidos não estão tão distantes um dos outros como se acreditava. Geralmente os votos na legenda são vistos como expressão de uma consciência partidária maior, já que não você vota numa pessoa, mas num partido, uma organização com uma proposta programática, um projeto político. A imagem que eu sempre tinha era a de que o PT se destacava nesse campo, mas isso não procede. A variação de quem mais vota em legenda, entre os partidos grandes, é pequena. Do PT (15%) para o PSDB (13%) a distância é mínima. Mas mesmo PMDB e PFL têm taxas relativamente altas de voto na legenda (9%), acima de outras siglas com forte perfil programático como, por exemplo, PC do B e PV. Quem se destaca claramente neste sentido é o PSTU, com 40% dos votos na legenda. É curioso observar também que essa variação entre os grandes partidos, aparentemente, não passa pelo espectro ideológico.

JU – Muitos analistas criticam o grande número de partidos que concorrem nas eleições no Brasil. O sistema partidário brasileiro é fragmentado?

Bruno Speck – À primeira vista, sim. O número de partidos – 27 – concorrendo nesta eleição é muito grande. Uma análise mais detalhada revela que existem atualmente três classes de partidos no Brasil: a primeira, com quatro agremiações grandes – PMDB, PSDB, PT e PFL –, que têm acima de 10% de todos os votos a candidatos a prefeitos e vereadores. São os únicos, também, que têm mais voto a prefeito do que para vereador. Eles dominam as candidaturas, têm os candidatos mais fortes. Aí você tem uma segunda classe de partido, que reúne outras seis legendas que obtiveram entre 10% e 5% dos votos. E, depois, são 17 partidos que estão abaixo disso.

JU – Qual é a sua avaliação sobre esta concentração?

Bruno Speck – Acho que caracteriza uma consolidação do sistema partidário.

JU – Como o senhor analisa a participação do eleitor?

Bruno Speck – É interessante notar que a quantidade de votos nulos e brancos é maior para prefeito do que para vereador. Outra coisa importante é que a participação eleitoral aumentou em relação às duas últimas eleições. Aumenta o número de eleitores e de votos válidos. Acho um sinal positivo, mesmo porque derruba aquela tese de que o brasileiro ignora a política por se queixar com frequência do quadro político. Por outro lado, é um claro sinal de que o brasileiro aceita o plano municipal como o âmbito de engajamento político. Essa diferença não pode ser explicada pela obrigatoriedade dos votos. Se comparada com a conjuntura internacional, a participação brasileira é muito alta. A taxa de quatro entre cinco eleitores, nos votos válidos, é recorde.

JU – A que o senhor atribui essa votação maciça no Legislativo?

Bruno Speck – Primeiramente, é preciso dizer que esse resultado não era esperado. Sabemos que o Legislativo municipal nunca foi um órgão muito prestigiado. Uma explicação é a de que, como são poucos os candidatos a prefeito, o eleitor pode talvez estar insatisfeito com todos eles. Agora, em

relação a vereadores, você realmente tem um número grande de candidatos, além de ser abordado pessoalmente por eles. Fica muito difícil dizer que nenhum deles presta. Mas não deixa de ser surpreendente. Esperava, realmente, que o número de votos nulos e brancos fosse maior no Legislativo, e isso não ocorreu. Mesmo que fossem iguais, seria surpreendente. Há uma segunda explicação, esta mais técnica. Quando a Justiça Eleitoral cassa uma candidatura, estes votos são considerados nulos e não contam mais como votos válidos. Algumas cassações de candidatos a prefeito podem distorcer este quadro.

"A lisura do processo eleitoral gera confiança"

JU – Essa votação maciça não pode ser um sinal de que o eleitor está mais amadurecido?

Bruno Speck – Estou sendo muito reservado na minha avaliação, mas sem dúvida essa seria uma interpretação mais otimista. Não dá para dizer que eles confiam mais

no Legislativo, cuja imagem é historicamente muito deteriorada, sobretudo nas pequenas cidades. Suas funções muitas vezes se limitam às de despachante do Executivo, de fazer a intermediação entre o cidadão e a administração municipal, relegando ao segundo plano as funções clássicas, entre as quais a de legislar e fiscalizar.

JU – Por que essa distorção?

Bruno Speck – Esse contato com a administração faz com eles sejam muito reservados quanto à crítica e à fiscalização do Executivo. São muitos os argumentos que sustentam a tese de que o Legislativo Municipal não é um poder muito forte, de que não tem perfil muito claro. Na verdade, nunca foi muito atrativo para eleitor. Aparentemente, porém, o eleitor aposta mais do que o esperado nos vereadores.

JU – E quanto ao grau de partici-

pação?

Bruno Speck – Achei muito alto, e mais ainda se levarmos em conta que o voto obrigatório tem mais um efeito pedagógico no Brasil. Você pode abster-se com ou sem justificativa, as punições são mínimas. Você tem, em pouquíssimas situações na sua vida, que comprovar o voto, e assim mesmo durante um certo período. E você pode abonar essa falta, ganhando apenas uma multa simbólica. De fato, diria que nós não podemos interpretar a alta participação popular – e é inegável que ela é muito alta no Brasil –, apenas na base do voto obrigatório.

JU – Dá para dizer que o eleitor engajou-se definitivamente nos processos formais da democracia?

Bruno Speck – Sem dúvida. É também um pouco o indicador para criticar outros dados revelados em pesquisas, entre as quais as feitas pelo instituto chileno Latinobarómetro, um dos mais importantes levantamentos realizados na América Latina e que mostra a cultura política dos vários países e sua respectiva confiança na democracia. O Brasil sempre se sai muito mal nesses indicadores. Sempre aparece uma taxa muito alta de eleitor que diz preferir outro regime, que apostaria talvez numa ditadura, que não acredita nos partidos políticos. O Brasil, dentro dessas notas muito baixas, é sempre o último. Quer dizer, além de a média ser muito ruim na América Latina, essas pesquisas de opinião são péssimas para a imagem do país. Por outro lado, vejo que o Brasil é um dos principais pilares da democracia na América Latina.

JU – O que contribui para o senhor afirmar categoricamente isso?

Bruno Speck – Você tem a Argentina com crises institucionais seriíssimas; a Colômbia vive aos frangalhos; a Venezuela passa por conflitos muito grandes. Enfim, constatamos que

A democracia brasileira vai bem, obrigado

muitos países não estão indo nada bem. Diante desse cenário, acho que esses resultados da democracia brasileira mostram que é notável essa aceitação do voto como um caminho para resolver conflitos de disputa de poder. Isso acontece em poucas sociedades.

JU – Fala-se muito que os mecanismos operacionais das eleições brasileiras podem servir de exemplo para outros países. O senhor concorda?

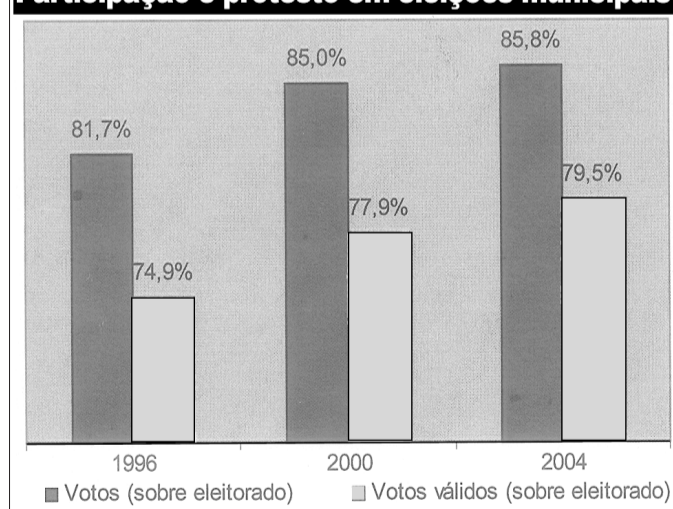
Bruno Speck – A lisura da parte administrativa, entre as quais a urna eletrônica e a totalização quase que on-line, gera confiança nesses processos eleitorais, deixando pouca margem para a manipulação. Acho também isso notável. Obviamente, há problemas de compras de votos, de uso de abuso de poder por parte da máquina governamental, mas o processo administrativo, que em muitos países é um problema sério, aqui é bem-resolvido. Temos exemplos, em outros países, em que a circunscrição eleitoral é

fechada para que ninguém participe da totalização dos votos. Diante disso, é preciso destacar esse aspecto da democracia formal no Brasil.

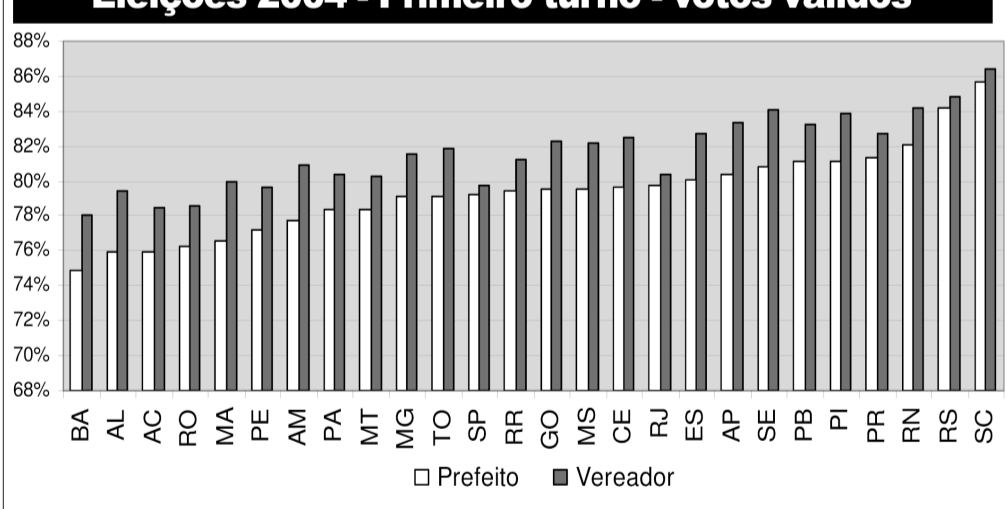
JU – Existe então uma evolução no que diz respeito à consolidação da democracia?

Bruno Speck – Há alguns argumentos que corroboram essa consolidação. Um deles é que, no mundo todo, você tem taxas decrescentes de participação eleitoral em função da credibilidade. No Brasil, claramente, você tem aumento da participação eleitoral. O outro diz respeito ao sistema. Como estrangeiro, ouço muita gente dizer que não entende o sistema partidário brasileiro com seus 27 partidos. Mas eu digo que você tem como estruturar e entender esse amplo espectro porque, claramente, são diferentes classes de partidos. Como disse, há quatro partidos que estão crescendo e se consolidando em, praticamente, todos os estados e municípios. E-

Participação e protesto em eleições municipais



Eleições 2004 - Primeiro turno - votos válidos



Votos na legenda, por partido na eleição para vereador em 2004

